

## A Criação de Emprego Versus Transferência de Renda no Quênia

*por Eduardo Zepeda, Pesquisador Sênior, Centro Internacional de Pobreza*

**Após um longo período** de regressão econômica, a economia queniana, recentemente começou a se recuperar, aumentando as esperanças de redução da pobreza. Balizada por esta recuperação, a Estratégia de Recuperação Econômica do Governo do Quênia tem o ambicioso objetivo de criação de 500.000 postos de trabalho por ano. Mas se estes postos forem razoavelmente produtivos, o Quênia terá de crescer mais rapidamente do que 6 por cento ao ano.

No entanto, não há garantia de que as famílias pobres irão se beneficiar de tal projetado crescimento ou de emprego que ele gere. Assim, programas focalizados continuarão a desempenhar um papel essencial, a médio prazo na redução da pobreza. Este One Pager oferece uma avaliação inicial da eficácia de dois desses programas – de um programa de criação de emprego e de um programa de transferência de renda baseado em bolsas-criança.<sup>1</sup>

As transferências de renda focalizadas são hoje em dia populares entre os governos e as agências doadoras. Muitas vezes, elas são baseadas no número de crianças em idade escolar em um domicílio e condicionadas à frequência escolar e a exames de saúde. Utilizando dados do Quênia 1998/99 da Pesquisa sobre Força de Trabalho (Labour Force Survey - LFS), simulamos essas transferências para todas as crianças com idade entre 6 e 14 anos em domicílios de famílias pobres. O custo é um mero quatro por cento do total da renda familiar. O resultado é uma queda de seis pontos percentuais na incidência da pobreza, e, uma redução de oito pontos percentuais na profundidade da pobreza.

Qual seria o impacto de um programa de emprego que seja financiado de forma similar? Para responder a esta questão, vamos simular o efeito de salários pagos por um programa desse tipo para um grupo que inclua tanto 1) todos os trabalhadores desempregados de famílias pobres como 2) todos os trabalhadores de tais famílias cujos rendimentos do trabalho foram inferiores ao nível de salários pagos pelo programa. O nível salarial de um programa desse tipo é crítico. Vamos definir o salário mais ou menos equivalente às linhas de pobreza nas zonas rurais e urbanas, especificamente, o salário mínimo dos trabalhadores não qualificados da agricultura nas zonas rurais e o dos trabalhadores não qualificados em todos os setores urbanos, com exceção de Nairobi.

Os decréscimos em pontos percentuais globais em todo o país na incidência e profundidade da pobreza são semelhantes para os programas de transferência de renda e de emprego. No entanto, uma vez que o número de crianças em idade escolar por família é maior nas áreas rurais, o programa de transferência de renda tem um impacto mais forte lá (proporcionando um aumento de 37 por cento na renda domiciliar-ver Figura). No entanto, nas áreas urbanas, onde os trabalhadores pobres estão em situação relativamente pior, os programas de emprego têm um impacto mais forte (elevando a renda domiciliar em 78 por cento).

Uma outra conclusão importante é que quanto menor for a capacidade de um domicílio em assegurar emprego remunerado, maior o benefício do programa de criação de emprego. Os benefícios do programa de emprego nas zonas urbanas são mais acentuados para os mais pobres 10 por cento dos domicílios.

Ambos os programas, o de transferência de renda focalizado em crianças e o de emprego têm um impacto regional progressivo, ou seja, quanto mais pobre o distrito maior é o aumento de renda. Mas o programa de emprego tende a ser mais benéfico para os domicílios mais pobres. Em nove dos dez distritos urbanos mais

pobres, o programa de emprego supera o programa de transferência de renda focalizado em crianças, e mesmo em cinco dos dez distritos rurais mais pobres, o programa de emprego é superior. A razão principal é que o programa de emprego possibilita aos domicílios mais pobres começar a gerar renda.

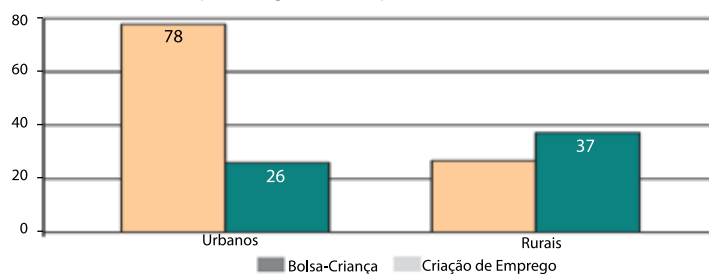
Tanto o programa de transferência de renda focalizado em crianças como o de emprego ajudam a melhorar o desenvolvimento das capacitações humanas, especialmente das crianças. As evidências sugerem que o aumento da renda dos domicílios de famílias pobres é suficiente, independentemente das condicionalidades, para melhorar a educação e a saúde. Isto pressupõe, naturalmente, que haja um fornecimento adequado de tais serviços. Mas um programa de emprego é suscetível de ter um impacto multiplicador mais forte do que bolsa-criança, ajudando a construir infra-estruturas econômicas e sociais. Se um programa desses constrói clínicas e escolas, por exemplo, ele pode ajudar a incentivar a oferta de serviços sociais.

Se o aumento das atuais capacidades produtivas de trabalhadores pobres é um objetivo importante, então também é provável que um programa de emprego seja melhor. Um programa desses proporciona a estes trabalhadores mais emprego produtivo e desenvolve competências. Uma das objeções muitas vezes apresentada aos programas de emprego é a de que eles poderiam distorcer os mercados de trabalho, como por exemplo, através do aumento dos salários mínimos. No entanto, nas condições de baixos salários e de mão-de-obra excedente do Quênia, os políticos deveriam estar mais preocupados com a criação de dinamismo econômico do que se inquietar com esses impactos imaginários, que são mais cabíveis nas economias desenvolvidas.

**Nota:**

1. Ver Eduardo Zepeda (2007). 'Addressing the Employment-Poverty Nexus in Kenya', IPC Working Paper, a ser publicado.

O Ganho de Renda por Programa (%) para Domicílios de Famílias Pobres



Fonte: Cálculos próprios baseados na Pesquisa sobre Força de Trabalho (Labour Force Survey - LFS) do Quênia de 1998/99.

O **Centro Internacional de Pobreza** (CIP) é um projeto conjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Governo Brasileiro, que tem como finalidade a promoção da Cooperação Sul-Sul em pesquisa aplicada e treinamento sobre temas relacionados à pobreza. O CIP se especializa na análise dos temas da pobreza e da desigualdade e na provisão de recomendações para a formulação de políticas direcionadas à redução da pobreza. O CIP é diretamente vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual elabora pesquisas no âmbito do Governo Brasileiro, e ao Bureau for Development Policy, PNUD.

O CIP publica Working Papers, Policy Research Briefs, edições da revista *Poverty in Focus*, One Pagers e Country Studies.

Para informações adicionais e acesso às publicações do CIP:  
[www.undp-povertycentre.org](http://www.undp-povertycentre.org)